

# Planalto aceitará Conselho sem ex-presidentes

ANC

## Proposta de dividir Bahia gera debates

A redivisão territorial e a extinção de todos os Estados brasileiros foram os temas debatidos na sessão extraordinária de ontem à noite da Constituinte. A bancada baiana, por exemplo, se uniu para combater a proposta do deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), que cria o Estado de Santa Cruz. A proposta mais original foi defendida pelo líder do PTB, Gastone Righi (SP), que sugeriu a substituição da Federação por uma República unitária, argumentando que assim "o Brasil poderá se desenvolver rapidamente".

Mais de 100 constituintes compareceram à sessão que discutiu a Organização da União, Estados e Municípios. A maioria, no entanto, estava dispersa em pequenos grupos. A sessão só esquentou quando o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) foi à tribuna para combater a redivisão territorial. Correia afirmou que a tese é rejeitada principalmente em seu Estado, "que jamais pensou se dividir", acrescentando que não é tema constitucional.

O discurso provocou apertes da maioria dos parlamentares baianos que se encontravam no plenário. Juthay Júnior (PMDB), por exemplo, afirmou que "dos 42 constituintes baianos, apenas dois defendem a tese aprovada na Comissão Temática". O único a rebater as críticas foi o autor da proposta, Fernando Gomes, dizendo que "esses números não são verdadeiros. A maioria da nossa bancada fala isso porque só vai à Bahia de quatro em quatro anos para caçar votos", acusou o deputado que acabou se desentendendo com o líder do PC do B, Haroldo Lima.

### Fin dos Estados

Mesmo com os parlamentares dispersos, o líder do PTB, Gastone Righi, apresentou a emenda que transforma o Brasil em uma República unitária. Esclareceu que o "federalismo nunca existiu aqui, pois os estados não são autônomos o suficiente para elaborar suas próprias leis ou até mesmo executar plenamente o planejamento previsto".

Na proposta de Righi, a República passa a ser formada pela União, região geoeconômica, regiões metropolitanas e municípios. A União elabora o planejamento nacional e as regiões criam as alterações necessárias para adequação das leis federais enquanto que os municípios "passam a ser a cédula básica, executando todos os programas".

### Distrito Federal

O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) foi único a abordar a autonomia do Distrito Federal. Afirmou que o projeto constitucional avançou bastante em relação ao assunto ao determinar para eleição de governador, vice-governador e Assembleia Legislativa. Ressaltou, no entanto, que isso não é suficiente "pois as eleições de Brasília continuam vinculadas às normas da eleição presidencial".



Surpreso, Ulysses elogiou o esforço das entidades que reuniram assinaturas para cada emenda

## Emenda inclui donas-de-casa na aposentadoria

Com uma verdadeira festa, foi entregue ontem ao presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, o primeiro conjunto de emendas populares do plenário pré-participação popular na Constituinte. Num total de quatro, elas reivindicam aposentadoria para as donas de casa, direitos iguais para o homem e a mulher e participação popular no processo de elaboração das leis ordinárias. Todas essas propostas reuniram 596 mil assinaturas.

Durante a solenidade, o deputado Ulysses Guimarães afirmou que não esperava que pudesse encontrar mais alguma surpresa depois de tantos anos de experiência parlamentar. Ele disse ter ficado emocionado ao ver as salas e os auditórios não apenas cheios de parlamentares, mas também de representantes das "camadas mais carentes, necessitadas e injustiçadas" da sociedade brasileira. Ulysses elogiou o esforço das entidades em conseguir reunir as assinaturas necessárias para cada uma das emendas.

## "Moderno" diz que tem mais força na Comissão

Um grande acordo entre os grupos "modernos" e progressistas, em torno de propostas para a Constituinte, vai assegurar maioria de votos na Comissão de Sistematização, o que, teoricamente, facilita a defesa das propostas desses grupos contra as investidas dos conservadores ou parlamentares situados mais à direita. A avaliação é feita por integrantes do grupo "moderno" do PFL, que se reúne com os progressistas, amanhã, para apresentação de todas as propostas em torno das quais se procurará o consenso.

As avaliações divergem apenas no tocante ao número exato de votos. O deputado Jayme Santana (PFL-MA) estima que "modernos" e progressistas assegurem 52 votos dos 93 que compõem a Comissão de Sistematização, enquanto Erico Pegoraro (PFL-RS) diz que, entre todos os que estão "comprometidos com o avanço", há um total de 49 parlamentares que ocupam lugar na Sistematização. Os dois números, de qualquer modo, asseguram mais de 50 por cento dos votos daquela Comissão, onde se concentra o poder para a elaboração do substitutivo ao projeto de Constituição.

### Tática

A força alegada pelos "modernos" e progressistas é ironizada, de qualquer modo, pelos conservadores. O deputado Ricardo Izar (PFL-SP) e o líder pefelista, José Lourenço (BA), indagam «quantos

«modernos» admitem que, mesmo unindo-se aos progressistas, continuam em minoria, valendo-se apenas da tática de atrair para o grupo o maior número possível de parlamentares que pertencem à Sistematização. Ou seja: em termos de grupo total, perderiam para os conservadores, mas o «poder de fogo» concentrado na Comissão seria maior. Erico Pegoraro observa, no entanto, que não há um compromisso para obedecer «ao pé da letra» o que foi estabelecido no grupo, quando chegar a hora de votar na Sistematização.

## "Centro" não adere ao bloco

Articuladores do "Centro Democrático" do PMDB estão resistindo à adesão ao bloco interpartidário que, sob a inspiração dos líderes do PDS, Amaral Netto, e do PFL, José Lourenço, se propõem a evitar a radicalização das decisões da Constituinte. Ontem à noite, parlamentares do "Centro" se reuniram para discutir a melhor forma de encerrar o bloco, cujo manifesto de lançamento adota o compromisso de defesa da livre iniciativa e de uma Constituição que assegure ao País um "desenvolvimento com liberdade".

Antes da reunião, dois dos articuladores do "Centro" — o cearense Expedito Machado e o mineiro Marcos Lima — anteciparam o entendimento pessoal de que esse grupo não deve simplesmente aderir ao bloco por uma questão de precedência, embora se disponham a endossar posições assumidas pela articulação interpartidária moderada.

### Apoio

Informado dessa posição de Expedito Machado e Marcos Lima, o líder pefelista José Lourenço foi lacônico: "Se eles se recusam a assinar o manifesto do bloco, nós apoiamos o grupo deles". José Lourenço adiantou apenas que continua recolhendo assinaturas entre os seus liderados, esperando

que a maioria dos 133 integrantes da bancada apoie o bloco. O líder do PFL evitou, porém, informar o número de signatários do manifesto que já conseguiu no seu partido.

O ex-secretário-geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves, outro coordenador do bloco, também procurou minimizar a resistência do "Centro Democrático", afirmando que o importante é o propósito comum dos dois grupos de impedir a radicalização na Constituinte. Segundo Cardoso Alves, "muitos peemedebistas" já concordaram com a ideia do bloco.

### Maioria

O deputado paulista reafirmou a convicção de que o bloco será endossado pela maioria dos constituintes, "que não aceitam o socialismo e que desejam um País moderno e desenvolvido". Para o deputado mineiro Carlos Cotta, do PMDB, moderado, que se opõe ao "Centro Democrático" e ao bloco interpartidário, a resistência do "Centro" ao novo movimento "é de fácil explicação: trata-se de uma recusa à concorrência. O pessoal do "Centro" quer a exclusividade na articulação da fisiologia e por isso tenta evitar o fortalecimento do bloco interpartidário para não ver reduzido seu poder de barganha junto ao Governo Federal.

O Palácio do Planalto deverá aceitar a fórmula de composição do futuro Conselho da República — organismo que substituirá o Conselho de Segurança Nacional — de acordo com o texto aprovado na Comissão de Sistematização da Constituinte, desistindo, portanto, de tornar conselheiros vitalícios todos os ex-presidentes da República que não hajam sido destituídos do cargo.

Na versão parlamentarista inicial da proposta do deputado Prisco Viana (PMDB-BA) — que o parlamentar baiano diz ser de sua exclusiva responsabilidade, mas cuja ideia o Planalto atribui ao próprio consultor-geral da República, Saulo Ramos — faziam parte do Conselho, além dos ex-presidentes, o atual Chefe do Governo, os presidentes da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal, os líderes da maioria e da minoria naquelas Casas legislativas e o presidente do Conselho de Ministros.

Como o novo projeto governamental da futura Constituição evoluiu para o presidencialismo, puro e simples, saiu do Conselho da República a figura do presidente do Conselho de Ministros, entrando em seu lugar o ministro da Justiça, um representante das Forças Armadas em rodízio anual e seis cidadãos brasileiros, maiores de 35 anos, dois indicados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado e outros dois pela Câmara.

### Vitalícios

Tal solução, no entanto, não satisfaz inteiramente ao Governo, pois o presidente José Sarney gostaria que a nova Carta consagrasse a ideia de se permitir ao Chefe do Governo valer-se da experiência de seus antecessores. De resto, uma vez transformados em conselheiros vitalícios da República, percebendo apenas remuneração simbólica, os ex-presidentes Jânio Quadros, Ernesto Geisel e João Figueiredo estariam sendo particularmente

### Consenso de Centro

"Este grupo é a somatória das várias tentativas de se buscar o consenso no bloco moderado, de centro, que é exatamente o que predomina dentro da Constituinte", disse na manhã de ontem em entrevista ao programa "Bom Dia, Brasil", da Rede Globo de Televisão, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), ao analisar a formação de um bloco parlamentar suprapartidário capaz de influir nas decisões em torno da futura Constituição.

### Grupos se reúnem

Uma comissão de parlamentares dos dois grupos que preparam um esboço de anteprojeto constitucional se reúne a hoje na residência do deputado Euclides Scalco, (PMDB-PR), para fixar a sistemática de trabalho e a pauta das reuniões conjuntas previstas para segunda e terça-feira.

### Lobby urbano

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) denunciou ontem, a existência, dentro da Constituinte, de um forte lobby contra a aprovação de propostas "avanzadas" na questão urbana. "Se houvesse um campeonato, um concurso de lobby na questão urbana, nós, que a defendemos, ficaríamos em segunda época", disse Brito, durante seminário promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano.

homenageados pelo atual Chefe de Governo. O próprio Sarney seria também um desses conselheiros, desde que, nos termos da proposta inscrita por Prisco, não venha a ser destituído da Presidência.

Todas as emendas encaminhadas pelo Palácio do Planalto à Constituinte, através de parlamentares confiáveis do PMDB e do PFL, foram renovadas, apesar de rejeitadas pela Comissão de Sistematização. Assim, a proposta dos conselheiros terá de ser votada no plenário da Constituinte. O Governo considera difícil, porém, restabelecer os conselheiros vitalícios e prefere obter dos constituintes a aprovação de outras medidas de seu interesse, como o presidencialismo e o mandato de cinco anos.

Ontem, dentro da orientação governamental de "encurtar" o projeto de Constituição, o Governo encaminhou à Constituinte diversas propostas, através de congressistas da Aliança Democrática. Um grupo dessas novas emendas elimina o texto da Comissão de Sistematização todas as referências ao parlamentarismo. Por exclusão, portanto, fica preservado o presidencialismo.

Essa primeira remessa de emendas governamentais, foi feita sem maiores alardes, para não despertar reações negativas. Outras remessas verificar-se-ão nos próximos dias. O objetivo governamental é fazer com que a futura Constituição não tenha mais de 180 artigos, um dos quais deve instituir o sistema de voto distrital misto no Brasil, como base do novo presidencialismo.

A praxe da apresentação, no Congresso, de iniciativas do interesse do Governo, através de congressistas, não é nova. O ex-vice-presidente da República, Pedro Aleixo, recorria, sistematicamente, a parlamentares discretos, para tentar aprovar o que julgava conveniente para o Executivo, sem gerar reações negativas.

Nas remessas ocorridas ontem, destacava-se o pacote de emendas supressivas das alusões parlamentaristas, todas inscritas pelo senador João Menezes, do PFL do Pará.

## PC do B fica fora de grupos

Dos onze partidos com representação no Congresso, apenas o PC do B não participa de nenhum dos grupos interpartidários que negociam pontos de consenso sobre temas polêmicos da Constituinte. "Achamos que não tem que haver acordo sobre os temas polêmicos, que devem ser decididos pelo voto, no plenário" — disse ontem o deputado Admilson Valentim (PC do B-RJ).

O PC do B não participa nem do grupo coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), que reúne toda a esquerda peemedebista agrupada em torno do

"movimento da unidade progressista", além de representantes do PT, PDT, PSB e PCB. "Como é que você vai ter consenso sobre reforma agrária com o Roberto (Roberto Cardoso Alves, do grupo conservador do PMDB) ou o Delfim (Delfim Netto, do PDS)?" — perguntou Valentim.

O PC do B, entretanto, não teme o isolamento de sua posição na Constituinte, e segundo Valentim sua bancada de seis deputados tem procurado conversar sobre alguns itens com outros partidos de esquerda.



Josemar Gonçalves

## Orador deixa tema e ataca o Governo

O tema Organização da União, Estados e Municípios não chamou a atenção do primeiro orador da sessão, deputado João Cunha (PMDB-SP). Ele preferiu ocupar a tribuna da Constituinte para atacar "a promiscuidade dos interesses mal cheirosos" da Nova República, que continua, "executando regras viciadas do poder".

João Cunha atacou a direção do PMDB que "permitiu o ingresso de todos os imigrantes políticos", que causaram a descaracterização do partido. Denunciou a "ditadura Ulysses Guimarães" no partido e na Constituinte. O deputado referiu-se ao "ping-pong" que está sendo feito com o projeto de decisão sobre a dívida externa. «Esse ditador continua quebrando o Regimento Interno da Constituinte para atender outros interesses».

### Frustração

O deputado afirmou que «essa esculhambação» está acontecendo «na cara» de todos os constituintes, que não tomam atitude alguma para coibir «a política de interesses». Por isso, ele acredita «que esses traidores conseguirão frustrar toda a nação que depositou muita confiança na oitava Constituição do País», chamando a atenção de todos os constituintes para o «compromisso que têm nas mãos». «Só nós podemos mudar essa esculhambação», reafirmou.